

NOTAS E INFORMAÇÕES

## Goleada da razão



**Por 11 a 0, Supremo Tribunal Federal enterra a falácia golpista de que o Exército é 'poder moderador'**

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por 11 votos a 0 que o célebre art. 142 da Constituição não autoriza a interpretação segundo a qual as Forças Armadas seriam uma espécie de “poder mo-

derador” no Brasil. “Superdimensionar o papel das Forças Armadas, permitindo que estas atuem acima dos Poderes, é leitura da Constituição de 1988 que a contradição e a subverte por inteiro, por atingir seus pilares: o regime democrático e a separação de Poderes”, afirmou o ministro Dias Toffoli no derradeiro voto que, antontem, firmou o entendimento unânime da Corte.

A votação acachapante selou o fim definitivo de uma “tese”, por assim dizer, absolutamente delinquente. A despeito disso, é forçoso dizer que o STF apenas reconheceu uma obviedade que já era sobejamente conhecida por todos há mais 35 anos.

O art. 142, convém lembrar, diz o seguinte: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

Os constituintes originários – em particular seus redatores, os então senadores Fernando Henrique Cardoso e José Richa – jamais conceberam o art. 142 como uma brecha para que os militares pudessem intervir na vida política nacional à guisa de arbitrar eventuais conflitos entre os Poderes da República. Em entrevista concedida a este jornal em julho de 2020, FHC foi enfático ao afirmar que aquele disposi-

tivo constitucional “não tem nada a ver com intervenção militar”. Nunca teve.

Esse entendimento era pacífico até pouquíssimo tempo atrás. Primeiro, pela própria clareza do texto, que não dá margem para interpretações esdrúxulas de cunho golpista. Segundo, porque seria no mínimo ridículo imaginar que a Constituição contivesse entre seus dispositivos uma espécie de mecanismo de autodestruição – pois é disso que se trata quando se defende a possibilidade de uma intervenção militar em questões próprias da vida civil: a morte da Lei Maior e, a reboque, do Estado Democrático de Direito.

Essa exegese maliciosa do art. 142 só ganhou tração a partir do momento em que Jair Bolsonaro e seus apoiadores radicais passaram a disseminá-la a fim de defender a possibilidade de contenção dos “excessos” do STF pela via de uma “intervenção constitucional das Forças Armadas” na Corte – um golpe de Estado, em português franco.

Não se espera que os extremistas reconheçam e aceitem pacificamente a decisão do Supremo, pois extremistas são. Mas a unanimidade dos votos dos ministros – inclusive daqueles indicados por Bolsonaro – precisa servir para que o País, enfim, se desvençasse de mais essa armadilha montada pelo bolsonarismo. E, principalmente, que os militares recalcitantes entendam o que a Constituição realmente espera deles e, afinal, se resignem com a democracia. ■

Redes sociais

## Moraes vê ‘má-fé’ e nega pedido do X; Musk diz que ministro possui ‘Lula na coleira’

**Embate entre bilionário e magistrado do STF se mantém; Lira cria grupo de trabalho e relator de PL das Fake News deve ser mudado**

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem o pedido do X no Brasil para ser isentado no caso de descumprimento de ordens judiciais. Os representantes legais da empresa tentaram se antecipar a possíveis sanções e disseram ao STF que não têm poder de decisão sobre as notificações da Justiça. Eles alegaram que se limitam a encaminhar os ofícios das autoridades às sedes nos Estados Unidos e na Irlanda, que, segundo o documento, teriam a palavra final sobre as determinações judiciais.

Em sua decisão, o ministro Alexandre de Moraes afirma que o escritório é um “elo indispensável” para a operação da plataforma no Brasil, mas busca se “eximir de qualquer responsabilidade” sobre as ordens do STF. Ele ainda afirmou ainda que o pedido “revela certo cinismo” e “beira a li-

tigância de má-fé”.

Desde o último sábado, o empresário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), tem feito críticas pesadas a Moraes por causa da suspensão de alguns perfis na rede. Musk passou a ser alvo de investigações da Polícia Federal (PF) por ordem do ministro do Supremo.

Após publicações afirmando que Moraes deveria “renunciar ou sofrer um impeachment” e pedir um “debate aberto” sobre o assunto, Musk incluiu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sua artilharia. Ela se referiu a Moraes como “ditador do Brasil” e afirmou que o ministro do Supremo possui “Lula na coleira”. Em solenidade ontem em Brasília, o petista deu indiretas para o dono do X (*mais informações nesta página*).

**GRUPO.** O embate de Musk com autoridades brasileiras tem alimentado o cenário de polarização política no País. E também a discussão sobre a necessidade de regulamentação das plataformas digitais. Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), confirmou que vai criar um grupo de



Lula ao lançar projeto de redução de danos ambientais na Amazônia

**Bilionário tem de ‘ajudar a preservar’ o meio ambiente, afirma petista**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou ontem que os países desenvolvidos deem suporte ao financiamento para a preservação de florestas. Sem citar nominalmente Elon Musk, dono do X, Lula disse que o bilionário terá que usar o dinheiro para “ajudar a preservar” o meio ambiente.

“Hoje nós temos gente

que não acredita que o desmatamento e as queimadas prejudicam o planeta Terra”, disse, em evento de lançamento de um programa de redução do desmatamento e incêndios florestais na Amazônia.

“Tem até bilionário tentando fazer foguete, tentando fazer viagem para ver se encontra espaço lá fora, não tem. Ele vai ter que aprender a viver aqui, ele vai ter que usar muito do dinheiro que ele tem para ajudar a preservar isso aqui.” ■ SÓFIA AGUIAR

trabalho na Casa para discutir fake news e regulamentação das redes sociais. Segundo apurou o *Estado/Broadcast*, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) será retirado da relatoria do tema. A avaliação é de que o projeto de lei relatado pelo parlamentar está “contaminado” e, por isso, ele perdeu as condições de liderar o debate.

De acordo com Lira, o grupo de trabalho deve ter duração de 30 a 45 dias, para que o texto fique “mais maduro” e sem disputas políticas e ideológicas antes de ir a plenário. “O texto foi polemizado”, afirmou. “Temos os problemas da agência reguladora, de todas as versões feitas e praticadas pelas redes sociais com relação à falta de liberdade de expressão, à cen-

**“Temos os problemas da agência reguladora, de todas as versões feitas e praticadas pelas redes sociais com relação à falta de liberdade de expressão, à censura. Quando um texto ganha uma narrativa como essa, ele simplesmente não tem apoio”**

**Arthur Lira (PP-AL)**  
Presidente da Câmara, sobre o PL das Fake News

sura. Quando um texto ganha uma narrativa como essa, ele simplesmente não tem apoio. Não é questão de governo e oposição”, emendou.

Ontem, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara aprovou uma moção de aplauso e louvor a Musk. O requerimento afirma que o empresário faz jus à homenagem por “expor e enfrentar a censura política e infundada” a usuários da plataforma. ■ RAYSSA MOTA, PEPITA ORTEGA, FAUSTO MACEDO E ANDER PORCELLA